

Os pulmões de Brasília



» MARTA ROMERO
Professora titular e pesquisadora sênior da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília (FAU-UnB)

O Parque Ecológico Burle Marx (PEBM) e o Parque da Cidade compõem uma longa faixa verde no sentido norte-sul. Lucio Costa, no memorial para o Plano Piloto de Brasília, refere-se às duas grandes áreas verdes como “pulmões”, na medida em que foram simetricamente dispostas em relação ao Eixo Monumental e representam, assim, áreas de respiração para a cidade. De fato, a sua existência e localização reforçam a solução linear do Plano Piloto, margens verdes que garantem a forma urbana proposta para a cidade. O parque no sul é dedicado a várias formas de lazer da cidade, e o no norte seria dedicado a formas de lazer informativas e formativas, para ampliação da consciência ambiental.

Desde 2009, a sociedade civil se organiza e cria, para a implantação do PEBM, o Grupo Amigos do Parque Ecológico Burle Marx — posteriormente transformado em Grupo de Trabalho (GT). Em 2016, há a formalização dessa iniciativa e a transformação do GT em Conselho Gestor do PEBM recategorizado, passando de “uso múltiplo” para “ecológico”.

O Parque Ecológico Burle Marx vincula-se a um sistema de parques de Brasília como elemento de conexão entre os espaços livres urbanos e as grandes áreas de preservação das bases naturais regionais da paisagem e, conseqüentemente, a preservação das ambiências preexistentes. A adequada concepção e a gestão desse parque demandam sua compreensão como valioso remanescente urbano do Cerrado brasileiro, área de preservação ambiental e corredor ecológico complementar ao Parque Nacional de Brasília. Conjuntamente, precisam ser consideradas suas feições de equipamento urbano de importância regional inserido em uma área tombada e de usufruto imediato da cidade. Para tanto, existe desde 2019 minuta pronta para concurso Público Nacional de Arquitetura e Paisagismo.

O olhar pede o atendimento das necessidades de funcionalidade, conectividade e sustentabilidade no projeto do PEBM. Quer dizer: criar com o parque uma “infraestrutura” verde, uma rede contínua de corredores verdes, onde ocorram as funções ecológicas, a circulação de água, a paisagem e elementos culturais, propiciando áreas verdes que desempenhem um papel fundamental para a qualidade de vida do brasileiro, tornando a cidade mais resiliente.

Para o PEBM, devem ser concebidos espaços integrados de características ecológicas e urbanas, que promovam recreação, encontros e educação ambiental e permitam desenvolver atividades de baixo impacto, percursos perimetrais, percursos d’água, pessoas e vegetação, que acompanhem a geometria existente. Pode ser explorado o bioma como um laboratório natural, integrado às atividades de ensino superior, ou promovendo a aproximação da educação infantil aos ensinamentos de caráter ecológico. As mudanças no uso do solo são muito significativas para as tendências de aquecimento, e esse panorama exige novo olhar para conservação e preservação da paisagem e espaço verde do PEBM, área inserida no bioma

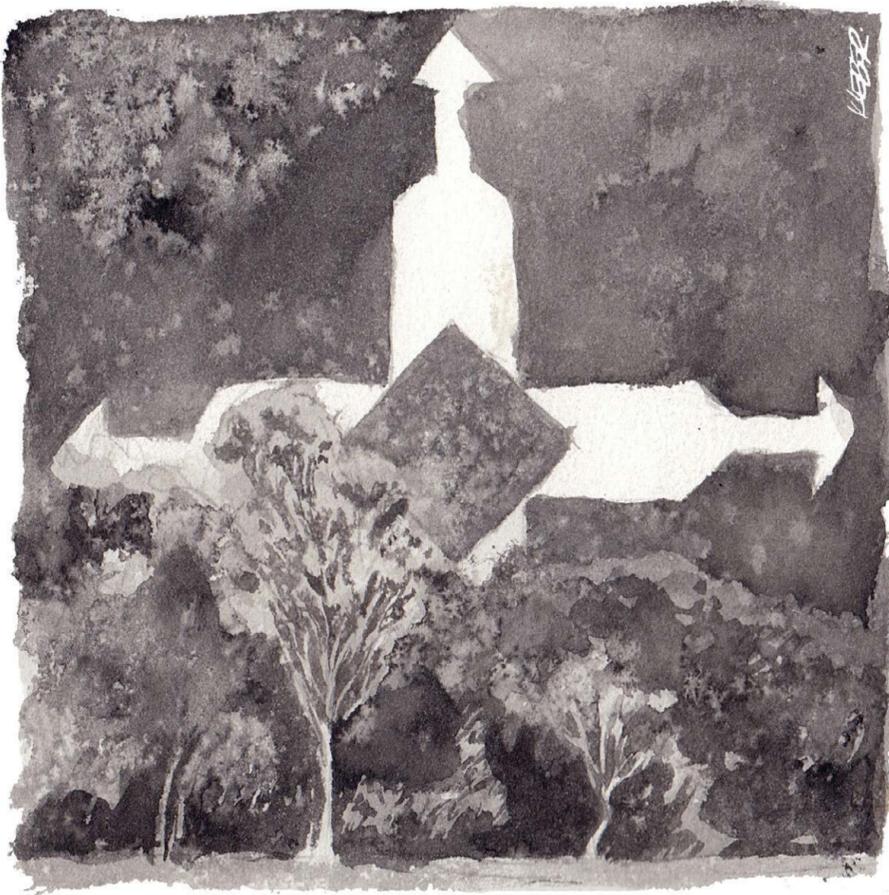
Cerrado que já está se tornando mais seco, reforçando o estabelecimento de corredores ecológicos, visando à mitigação da paisagem excessivamente urbanizada, e ao controle térmico de áreas urbanas para evitar ilhas de calor.

Assim, seu projeto deveria agregar valor ao espaço público e ao tecido do Plano Piloto, e seus percursos deveriam promover condições de orientabilidade utilizando elementos de paisagismo, arquitetura e programação visual, criando espaços com significado e intenção. Qualquer proposta de plano de ocupação ou estudo preliminar de projeto tem por obrigação observar o que foi definido no plano de manejo (PM) do parque, elaborado a partir de levantamentos técnicos e análises aprofundadas. Mas o projeto desenvolvido pela Terracap para encerrar demanda judicial, ao arripio do que define o PM, propõe via em trincheira atravessando ao meio o PEBM no sentido transversal, quando indica ser “proibida a instalação de vias que atravessem o parque”. No PEBM a circulação de veículos motorizados se daria exclusivamente por meio de um anel viário perimetral” (Resolução No 1, de 19 de julho de 2022).

Ao mesmo tempo, o Plano de Ocupação apresentado pela Terracap ao Conselho Gestor define diversas áreas para instalação de “ilhas de equipamentos”, intensificando os usos e as intervenções físicas em um local que tem como característica principal a necessidade de preservação ambiental. São propostas ilhas de esporte e lazer, que irão

comprometer a integridade dos recursos naturais, tais como skate park, pista de BMX e velódromo, que serão fontes importantes de ruídos e resíduos; anfiteatro e pavilhão de eventos; praça multiúso para feiras e exposições; restaurantes e áreas de concessões. Difícilmente, essas instalações poderão atender ao disposto no Plano de Manejo, que, nos seus artigos 12 e 13, dispõe que as zonas de uso público objetivam facilitar a recreação e a educação ambiental em harmonia com o meio ambiente e que as atividades previstas devem levar o visitante a entender a filosofia e as práticas de conservação da natureza.

Esses impeditivos legais foram sumariamente suprimidos pela nova norma publicada ao final de 2024, sem qualquer comunicação ao Conselho Gestor, com o claro intuito de implantar o projeto da Terracap e, principalmente, a via de ligação que partirá o PEBM ao meio, na contramão da harmonia solicitada — em que infraestruturas a serem instaladas deverão estar integradas ao ambiente, utilizando tecnologias apropriadas para áreas naturais. Nesse sentido, questiona-se como atividades altamente poluidoras se relacionam com o disposto e podem vir a ser parte dos “pulmões” sonhados por Lucio Costa que deveriam desempenhar um papel vital na nossa sobrevivência, articulando com a estrutura urbana existente, estabelecendo uma ligação perceptiva física com os grandes marcos referenciais do Plano Piloto Patrimônio da Humanidade.



O Nordeste não pode virar deserto



» SERGIO LEITÃO
Advogado, diretor-executivo do Instituto Escolhas. Foi assessor para temas indígenas e ambientais do governo Fernando Henrique Cardoso

Nordeste, que sempre viveu o drama da seca, agora enfrenta uma ameaça ainda maior: a da desertificação. Anos chuvosos, seguidos por períodos de seca, marcam a história da região e são uma condição do ambiente vulnerável da Caatinga, bioma que predomina na maior parte de seu território. Essa condição, a partir da segunda metade do século 19, teve os seus efeitos climáticos potencializados por conta de aspectos econômicos e sociais.

Após três décadas de chuvas promissoras, o Nordeste enfrentou uma seca que se estendeu de 1877 a 1879, na qual morreram 500 mil pessoas de fome, com o desaparecimento de mais da metade do rebanho bovino e a falência da economia das charqueadas que ali floresciam. Antes de 1877, existiam nas áreas mais úmidas do Nordeste terras públicas que eram utilizadas para receber homens e gado fugindo da seca que, com a volta das chuvas, retornavam aos locais de onde vieram.

Isso muda com a necessidade de terras para a expansão do cultivo do algodão, impulsionada pelo aumento do seu preço e a abertura de novos mercados, como o europeu, em decorrência da guerra civil americana, que afetou a produção que era feita no sul dos Estados Unidos. Ao lado disso, a Lei de Terras de 1850 permitiu que as terras públicas fossem tituladas em nome de particulares. O que podia ser acessado livremente passou a ter dono, bloqueando o uso das áreas mais úmidas para refúgio nos períodos de estiagem.

A última grande seca com sérias repercussões sociais durou de 1979 a 1983. De lá para cá, graças aos programas que transferem renda para as populações vulneráveis — só o Bolsa Família conta com mais de 9 milhões de beneficiários no Nordeste —, a seca, felizmente, já não mata mais ninguém de fome.

Mas as condições ambientais do Nordeste — por conta do desmatamento da Caatinga e da contínua degradação da flora, água e solo do bioma, já perdeu 43% da sua vegetação —, continuam extremamente desafiadoras, ainda mais quando se trata da ocorrência das chuvas.

A degradação das terras nas zonas semiáridas, transformando-as em áridas, acontece quando a chuva que cai sobre uma região não consegue mais repor a quantidade de água que evapora da superfície, gerando um déficit hídrico. É o que leva à desertificação. Quarenta por cento da extensão da Caatinga encontra-se sob risco de virar deserto se nada for feito para estancar o exaurimento dos seus recursos.

Uma triste amostra disso foi dada por estudo do Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais (Cemaden) e do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), de 2023, que identificou a primeira região de clima árido no Brasil, localizada no município baiano de Chorrochó.

Diante de uma ameaça tão grave como a da desertificação, que pode inviabilizar a vida e o desenvolvimento de atividades econômicas onde moram 32 milhões de pessoas, é preciso pensar que, se isso ocorrer, será por nossa única e exclusiva responsabilidade, não cabendo aqui culpar a natureza por esse infortúnio, como fazemos com a seca.

Como diz a Convenção da ONU sobre o Combate à Desertificação, da qual o Brasil é signatário, é preciso uma “abordagem nova e mais eficaz” para lidar com o problema. Para tanto, é urgente a mobilização de recursos financeiros que viabilizem a recuperação da vegetação que foi desmatada, assim como dos solos degradados, o que deve ser priorizado como um objetivo estratégico de ação governamental, ao lado das iniciativas para controlar a derrubada da Caatinga.

Temos muito o que fazer para dar conta disso. Por exemplo, apenas 10% da área da Caatinga está protegida por unidades de conservação. O Marco Global da Biodiversidade recomenda ao menos 30%. O pior é que somente 2% está protegida por unidades de conservação de proteção integral, onde não é possível cortar nem uma árvore sequer.

17 de junho é o Dia Mundial do Combate à Seca e à Desertificação. Momento oportuno para que o Brasil tome consciência da urgência de cuidar da Caatinga, evitando que uma das regiões mais populosas do país se inviabilize por conta de questões climáticas e ambientais. O Nordeste não pode virar deserto.

A guerra contra a dengue pede armas novas



» NATALIA VERZA FERREIRA
Doutora em genética e biologia molecular e diretora executiva da Oxitec no Brasil

Pelo terceiro ano consecutivo, o Brasil enfrenta uma marca alarmante: mais de um milhão de casos de dengue, cenário agravado por mais de mil mortes. Esse panorama, que sobrecarrega o sistema de saúde, não se restringe mais às épocas de calor intenso ou às regiões tradicionalmente afetadas. As mudanças climáticas têm levado o mosquito vetor para áreas de clima mais ameno no Sul e Sudeste do país, onde antes era esporádico.

Diante da expansão geográfica e dos números elevados, fica evidente que os métodos tradicionais de combate têm se mostrado insuficientes. A complexidade aumenta com a circulação simultânea de diferentes sorotipos do vírus, elevando o risco de epidemias e de casos mais graves. É um desafio de saúde pública que exige uma resposta robusta e multifacetada — um dos principais temas do Congresso do Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde (Conasems), em Belo Horizonte.

Implantar novas tecnologias demanda tempo — e o tempo é agora. A dengue é uma doença

sazonal, com menor incidência nos meses frios — período que deve ser aproveitado para planejar e investir em estratégias de longo prazo. O combate à dengue requer uma ação coordenada antes que a próxima temporada de chuvas ecloda os ovos já depositados pelo *Aedes aegypti*.

Nesse contexto, a ciência e a inovação emergem como forma de quebrar um ciclo que se repete a cada ano. Novas tecnologias, mais seguras para o meio ambiente e para a saúde humana, estão sendo desenvolvidas e implementadas, como o *Aedes do Bem* e a Tecnologia Wolbachia de Substituição.

O *Aedes do Bem*, desenvolvido pela Oxitec, consiste na liberação de mosquitos *Aedes aegypti* machos modificados. Ao acasalarem com a população selvagem, dão origem a fêmeas que não chegarão à fase adulta e a machos com a mesma característica autolimitante, resultando em uma redução significativa do vetor da dengue, zika, chikungunya e febre amarela. Não deixa resíduos no meio ambiente e atinge apenas o mosquito alvo.

Outra frente inovadora é o uso da Wolbachia, bactéria presente em diversos insetos, mas não no *Aedes aegypti*. Em contato com ele, reduz sua capacidade de transmitir os vírus. Os mosquitos com Wolbachia, ao se reproduzirem, passam a bactéria aos descendentes, estabelecendo-se gradualmente e conferindo proteção duradoura às comunidades.

Após um chamado da Organização Mundial da Saúde (OMS) para empresas expandirem a oferta de mosquitos com Wolbachia, a Oxitec está adaptando

sua fábrica em Campinas para a produzir esses insetos em larga escala, por meio da plataforma Sparks. Alinhada ao compromisso do governo federal de expandir o uso dessa tecnologia, a iniciativa permitirá beneficiar até 100 milhões de pessoas por ano, transformando o Brasil em um hub global na produção de mosquitos com Wolbachia.

Mas o sucesso nessa empreitada depende de um esforço conjunto e coordenado entre governos, com políticas consistentes e investimento em novas ferramentas; empresas, com o desenvolvimento e disponibilização de soluções; e a sociedade, com a adoção de medidas preventivas nos lares e comunidades.

Nesse sentido, fóruns como o Conasems desempenham um papel insubstituível. São espaços para a troca de experiências, debate sobre os desafios enfrentados na ponta por gestores e profissionais de saúde e disseminação de conhecimento sobre novas abordagens que podem salvar vidas. A discussão aberta e colaborativa é vital para acelerar a adoção de estratégias eficazes, fortalecer políticas públicas de vigilância e controle e garantir que inovações cheguem de forma equitativa a quem mais precisa.

A ciência está pronta. O que precisamos é de visão de longo prazo, investimento e compromisso coletivo. Com a união de esforços e o uso inteligente das ferramentas que a ciência oferece, podemos interromper o ciclo, construindo um futuro mais seguro.